

Desafios islamistas e respostas ocidentais: o debate sobre o Islã e o Oriente Médio nos EUA desde o 11 de setembro de 2001

Peter Demant

Esta comunicação traz observações de uma pesquisa em andamento sobre o fundamentalismo muçulmano antes e desde os eventos do 11 de setembro de 2001. Ela se insere numa pesquisa que pretende comparar reações ao islamismo em três países: os EUA, Israel e a Índia (1990-hoje) – três Estados que representam cada um o centro de civilizações diferentes e têm ainda em comum uma pré-história de relações complicadas com o mundo muçulmano, um sistema político democrático pluralista com (oficialmente) neutralidade religiosa, presença de uma minoria muçulmana significativa e um “contra-fundamentalismo” indígena (cristão, judaico e hindu) expressamente anti-muçulmano.

Este artigo focaliza os EUA. Concentramo-nos aqui nos EUA e não na discussão europeia por três motivos.

1. o debate nos EUA está muito mais cristalizado em escolas ou tendências com agendas opostas e relativamente bem articuladas. A discussão acadêmica sobre os supostos perigos escondidos no Islã ou islamismo começou a penetrar o discurso público nos EUA antes do que na Europa.
2. a discussão na Europa tende a focalizar a questão da imigração muçulmana: estes 15 milhões de árabes, turcos e paquistaneses têm que se assimilar cultural, política e religiosamente ou, pelo contrário, podem ou devem manter sua particularidade? Nos EUA esta

discussão também existe há muito tempo, mas ali ela está embutida na questão do multiculturalismo. Esta discussão, porém, é aqui tangencial. A discussão mais aquecida nos EUA lida com os muçulmanos menos como desafio cultural interno e mais como desafio de segurança internacional.

3. Ao invés da situação europeia, os resultados deste debate ideológico que se trava nos EUA têm prolongamentos estratégicos e militares globais, pois os EUA reagiram ao 11-9 com uma contra-ofensiva que até agora já incluiu Afeganistão e Iraque e cujo desfecho ainda não se conhece. Ao contrário da França e da Alemanha, os EUA têm amplos recursos para responder à violência com violência. A discussão paralela na Europa esta apenas começando.

Os EUA e o mundo muçulmano antes do 11-9

Historicamente, os laços do mundo muçulmano foram muito mais tênues com os EUA do que com as potências coloniais europeias, França e Grã-Bretanha em particular. Por isso, causa surpresa o antiocidentalismo islamista ter se virado tão virulentamente contra os EUA em particular.

Este artigo é baseado no paper apresentado ao VII Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil (ALADAAB): Brasil-África-Ásia: Dimensões de uma nova aproximação, ocorrido entre 24 a 26 de novembro de 2004 no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Peter Demant é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Este fenômeno é recente e data dos anos 80 e 90. Tanto Bernard Lewis quanto Edward Said analisam o quanto o Oriente Médio muçulmano e o Novo Mundo eram política e intelectualmente distantes um do outro até a Segunda Guerra.¹ Apenas a partir dos anos 1940 começou um envolvimento estadunidense mais ativo, com interesses americanos petrolíferos na Arábia Saudita e apoio ao Estado de Israel, originalmente ditado pela conjuntura pós-ho-

As expressões virulentamente antiamericanas de origem islamistas que sacudiram o Oriente Médio pegaram o público norte-americano de surpresa.

locausto. Ambos estes vetores eram, aliás, mutuamente contraditórios, o que explica que não tenha havido um forte alinhamento com Israel até a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967; e também depois mantinha-se um forte pólo pro-árabe, em particular no Departamento de Estado. Durante o período da Guerra Fria, a presença estadunidense no Oriente Médio foi amplamente determinada pela competição com a URSS; os EUA teceram laços formais e informais, com regimes pró-ocidentais, que eram em geral monarquias conservadoras. Nos anos 70 e 80 Israel se tornou um cliente privilegiado (embora muitas vezes recalcitrante), pois era visto como “confiável” por ser dependente de ajuda militar e financeira ocidental e automaticamente anti-árabe: um peão anti-soviético. Com a retirada britânica, os EUA se tornaram mais presentes no Irã e no Golfo (Kuwait, Emirados Árabes Unidos etc.) além de conseguir em 1971 uma posição predominante no Egito; mas isto tinha um significado mais estratégico do que cultural. Na mesma época, a do ressurgimento da questão palestina na cena internacional, os EUA seguiram Israel na sua rejeição à OLP. Porém, a utilidade de Israel como “parceiro estratégico” anticomunista sumiu com a implosão do império soviético em 1989: doravante a ligação dos EUA com Israel terá como argumento mais a proximidade da “única democracia no Oriente Médio” com os valores-chave da “civilização judaico-cristã” do que em termos de interesses. Concomitantemente, os EUA se tornam mais ativos nas suas tentativas para solucionar o conflito com os palestinos, reconhecendo a OLP em 1989 e tomando partido no debate israelense entre a esquerda sionista ‘minimalista’ e a direita ‘expansionista’, a favor do primeiro. Não há dúvida de que os EUA preferem há pelo menos 15 anos uma solução de dois Estados.

No que diz respeito à percepção do Islã e do Oriente Médio na opinião pública e na academia norte-americanas, observa-se no pré-11-9 um certo atraso em comparação com as velhas potências imperiais Grã-Bretanha e França. Estudos orientais se implantaram nas universidades só a partir da Segunda Guerra, sendo impulsionados (como tantas outras arenas intelectuais) por especialistas vindos da Europa e, num menor grau, do próprio Oriente

Médio (Gustave von Grunebaum, H.A.R. Gibb, Philip Hitti, Bernard Lewis etc.). Até os anos 60/70 o clima intelectual estava fortemente impregnado pelo paradigma da modernização e por simpatias pró-sionistas. Em geral, é provavelmente correto afirmar que o Islã e o Oriente Médio ocuparam um lugar relativamente secundário na consciência pública americana, e que a ignorância e o desinteresse predominaram, com uma única exceção: o caso

Israel-Palestina. Este campo foi desde o início extremamente politizado, influenciado pela atuação lobista das minorias judaica e árabe, as concepções teológicas pró-sionistas que vigoram entre fundamentalistas protestantes.

Os 20 anos antes do 11-9 testemunharam mudanças significativas na cena acadêmica estadunidense, com a ascensão nos *campi* e em parte das mídias de vozes antiimperialistas de cunho neomarxista e, em particular, de críticas ao “orientalismo” e a supostos preconceitos supremacistas ocidentais, enunciadas por pesquisadores pós-modernistas influenciados por Edward Said. Tal tendência se encaixou num movimento mais amplo de reivindicações grupais (inspirados pelo multiculturalismo promovido pelos “novos movimentos sociais” pós-1968 de feministas, negros, homossexuais etc.), e se expressou e.o. no crescimento de posturas pró-palestinas. Contudo, estas transformações eram limitadas aos meios acadêmicos e intelectualizados, considerados elitistas pela população mais conservadora. Sem dúvida, as expressões virulentamente antiamericanas de origem islamista que sacudiram o Oriente Médio pegaram o público norte-americano de surpresa. Estas expressões começaram a se manifestar desde o fim dos anos 70 com a Revolução Iraniana (“o Grã-Satanás”) e a fracassada intervenção dos EUA na guerra do Líbano na maré da invasão israelense (1982-1983), chegando a um auge provisório com a onda antiocidental desencadeada pela crise do Golfo de 1990/91.

Até o 11-9 a conscientização dentro dos EUA dos problemas do mundo muçulmano e de sua relação com este era muito limitada e não especialmente antiislâmica. Na guerra do Golfo que liberou o Kuwait da ocupação iraquiana, os EUA lideraram uma aliança incluindo muitos Estados muçulmanos; nos anos 90, os EUA iniciaram várias intervenções militares em prol de populações muçulmanas (na Somália, Bósnia, Kosovo); o presidente Clinton tentou em vão, mas consistentemente, fazer uma ponte entre Israel e os palestinos. No entanto, a atmosfera de rua no Oriente Médio se tornou a cada ano mais antiamericana. Grupos islamistas proliferaram. Eles multiplicaram os ataques contra alvos americanos – no começo instalações militares ou soldados estacionados no mundo muçulmano, mas já desde 1993 contra o próprio território americano (com uma primeira tentativa de ataque contra as Torres Gêmeas). Paralelamente à exacerbação das tensões e do antiamericanismo no mundo muçulmano aconteceu uma

polarização cada vez mais forte no meio acadêmico dos EUA entre duas tendências: de forma simplificada, entre uma “esquerda” que criticou as intervenções do ocidente no Oriente Médio (tanto as militares quanto as econômicas e culturais) e que simpatizou com os movimentos antiimperialistas, inclusive islamistas; e a “direita” que apontou para o caráter autoritário, reacionário e violento de muitos movimentos e regimes antiocidentais neste mundo muçulmano, inclusive os islamistas. Nesta discussão, a esquerda gradualmente ganhava pontos e o próprio debate estava conquistando um lugar mais central no campo discursivo estadunidense, em função da crescente urgência dos problemas. Porém, só o trauma do 11-9 transformou a cena totalmente. Ele transformou também a arena intelectual, e o resultado foi uma virada inesperada.

11-9

É quase uma trivialidade afirmar que o ato terrorista inédito da al-Qaeda transformou profundamente a paisagem estratégica e cultural internacional. A guerra contra os Talebã no Afeganistão não teria ocorrido sem o 11-9; a posição internacional de Israel e dos palestinos teria sido diferente – e provavelmente também a da França ou da Rússia. A ocupação do Iraque muito provavelmente não teria acontecido. Todo o clima internacional mudou como resultado deste ataque e a triste seqüência de atentados islamistas menores, mas não menos terríveis, em

Durante a Guerra Fria, a presença estadunidense no Oriente Médio foi amplamente determinada pela competição com a URSS; por isso, nos anos 70 e 80 Israel se tornou um cliente privilegiado, pois era visto como “confiável” por ser dependente de ajuda militar e financeira ocidental: um peão anti-soviético.

Bali, Quênia, Turquia, Marrocos, Arábia Saudita, Israel, Filipinas, Tailândia, Madri, Rússia e no próprio Iraque. O ato, aparentemente não movido por nenhum interesse tangível, mas por uma ideologia suicida, sem reivindicações explícitas, mas calculado (como outros posteriores) para maximizar o número de vítimas e de forçar um efeito midiático máximo, não parecia inicialmente cair dentro de nenhum paradigma conhecido e carecia de precedentes históricos óbvios. Em outras palavras, não parecia fazer sentido. Mas teve enorme impacto nos modos de pensar nos EUA. A visão do Oriente Médio muçulmano nos EUA – tanto na academia e nas mídias quanto no nível de tomada de decisões – foi profundamente afetada pelo trauma do 11-9. Embora o debate em torno do Islã tenha obtido progressivamente mais destaque no decorrer dos anos 90, é apenas a partir dos ataques terroristas que ele chegou a dominar o discurso público.

Os ataques contra o território de uma pátria-mãe con-

siderada até este momento como segura desencadearam (previsivelmente) um debate extremamente polêmico e abrangente que ainda não está decidida. Estrategistas, jornalistas, peritos do Oriente Médio e outros defendem ali suas idéias. No imediato se destacaram duas conseqüências. Em primeiro lugar, uma reação nacionalista destacada – mas que podia ter sido (ou ainda poderá virar) mais virulenta. Segundo, a mais abrangente reformulação da visão estratégica e internacional dos EUA desde o início da Guerra Fria. Após a eleição de George W. Bush em 2000, o 11-9 foi sem dúvida a alavanca que induziu o profundo reajuste da política externa norte-americana de cripto-isolacionista para intervencionista; do enfoque nas relações (mais competitivas que amistosas) com as grandes potências (China, Rússia) para a “guerra contra o terror” e contra o “eixo do mal” suspeito de apoiá-los; de um unilateralismo contraproducente a uma diplomacia a meio-termo entre o unilateralismo e o multilateralismo. Podemos entender esta virada da defesa para a ofensiva como o vetor de numerosas linhas de força. É natural que novos acontecimentos sejam analisados pelo prisma de ideologias anteriores. Portanto, as seis linhas que distinguimos abaixo (embora elas sejam parcialmente justapostas e contenham muitas ligações transversais) refletem as linhas divisórias preexistentes que partilham atualmente o campo discursivo nos EUA. São elas: (1) a extrema esquerda, (2) os “liberals” da velha esquerda, (3) os neo-realistas, (4) os culturalistas, (5) os paleoconservadores (fundamentalistas cristãos e outros) e finalmente (6) os neoconservadores.

(1) A nova esquerda

Neomarxistas, antiimperialistas, relativistas culturais e muitas vezes abertamente islamófilas, constituem a “nova esquerda”: um grupo heterogêneo que chegou a posições de destaque nas faculdades de letras e parte das ciências sociais da academia americana². Com posições muito divergentes – indo de neomarxistas como Immanuel Wallerstein até pós-modernistas como Said ou cristãos progressistas à John Espósito, constitucionalistas liberais como Richard Falk e libertários extremos como Noam Chomsky até trotskistas revolucionários, trata-se obviamente de um grupo tão heterogêneo que é legítimo questionar sua coerência. Tem, porém, em comum algumas opiniões: uma visão negativa da atuação internacional dos EUA (alimentada em primeiro lugar pelo trauma do Vietnã) podendo chegar a posturas quase isolacionistas, um sentimento de culpa pelo (velho e atual) colonialismo ocidental e, portanto, simpatia por grupos de libertação e regimes pós-coloniais no terceiro mundo. Quando movimentos sociais no mundo muçulmano (que após os anos 80 se tornou o epicentro das crises mundiais) evoluíram de majoritariamente nacionalistas, secularistas e esquerdistas para serem majoritariamente islamistas, os

fundamentalistas revolucionários, embora fossem conservadores puritanos, conseguiram quase “sem querer” a simpatia da esquerda antiimperialista. Em consequência, a posição predominante na academia americana antes do 11-9 era islamófila e anti-sionista.

A crítica pós-modernista minou pretensões universalistas e pressupostos supremacistas ocidentais. Poucos intelectuais pós-modernistas e pós-coloniais se tornaram mais famosos que o palestino cristão Edward Said, cuja crítica das binomias interesseiras que ditam as representações ocidentais do “oriente” pareciam dar o golpe de graça a todo um grupo de intérpretes profissionais do mundo

Embora o debate em torno do Islã tenha obtido progressivamente mais destaque no decorrer dos anos 90, apenas a partir dos ataques terroristas ele passou a dominar o discurso público.

muçulmano, doravante estigmatizados como lacaios do imperialismo. “Essencialistas” como Lewis se encontravam na defensiva. No limite, a nova esquerda interpretava o islamismo como uma forma entendível de descolonização cultural e como um integrante legítimo da luta global contra o imperialismo. Porém, esta postura muito crítica para com o ocidente e pouco crítica para com tendências negativas no próprio mundo muçulmano vulnerabilizou a nova esquerda após o 11-9, quando seus críticos acusaram-na de ter mentalmente desarmado os EUA frente a um perigo mortal. Ela se encontra agora na defensiva, rasgada por dissensões internas que mesmo uma relativa unanimidade contra a guerra do Iraque não pôde consertar³.

(2) A velha esquerda

Os “liberals” constituem uma linha pluralista vagamente associada à tendência socialdemocrata européia, que tem como fio condutor a ênfase no universalismo, uma visão positiva da globalização. Lincoln, Wilson e Roosevelt são seus heróis históricos. Filósofos e jornalistas tais como Michael Walzer, Thomas Friedman, Paul Berman e Michael Ignatieff estão longe de serem admiradores a-críticos do ocidente; contudo, eles enfatizam suas marcas mais positivas, estão de olhos abertos aos abusos de poder e ao caráter anti-democrático de muitos movimentos e regimes antiimperialistas (por outro lado, eles apreciam muito a democracia de Israel). Em consequência, a velha esquerda – próxima, aliás, de vários políticos do governo Clinton – logo entendeu os riscos inerentes ao islamismo e sempre insistia na diferenciação entre muçulmanos e fundamentalistas. Berman teorizou um “islamofascismo” como explicação para o terrorismo islamista. Embora difiram entre si sobre a necessidade ou legalidade de intervenções unilaterais norte-americanas (p.e. Walzer rejeitou a guerra do Iraque, enquanto Friedman a abraçou), todos os liberais

insistem numa posição política moral. Eles preconizam o uso do poder estadunidense para “melhorar” o mundo⁴.

(3) Os neo-realistas

Neo-realistas controlavam a política externa dos EUA desde o começo da Guerra Fria e se encontram tanto entre democratas quanto republicanos. Enxergando a vida internacional como um tabuleiro de xadrez permanentemente centrado na busca da hegemonia, eles tendem a minimizar o papel de idéias e ideologias e dão pouca credibilidade a regimes e instituições multilaterais. Em consequência, pensadores tais como Zbigniew Brzezinski, Henry Kissinger, Paul Kennedy, John Mearsheimer, Stephen Walt e Charles Kupchan tinham coisas bastante relevantes a dizer sobre os conflitos entre Israel e seus vizinhos árabes (cujas relações nos anos 90 continuaram obedecendo à lógica da soma zero quando outras partes do mundo já estavam superando as regras realistas). Eles estavam, portanto, pouco preparados a entender um islamismo que rejeita o “estadocentrismo” e o cálculo racional. O neo-realismo se encontra destituído de idéias próprias para explicar o fenômeno islamista⁵. Isto não era tão grave antes, mas a fraqueza analítica os tornou vulneráveis após o 11-9.

Neorealistas mais esclarecidos como Joseph Nye ou Brzezinski enfatizam o papel da hegemonia cultural (“*soft power*”) e daí o da diplomacia e da exportação pacífica de valores. Neo-realistas mais à direita republicana rejeitam a própria idéia de uma exportação de valores ou instituições e de projetos de “*nation-building*”. No governo atual Rumsfeld e Condoleezza Rice pertenciam inicialmente a esta linha. Mas sua preferência para uma *realpolitik*, sempre alvo de críticas da esquerda, era também fortemente criticada pelo neoconservadorismo, que defendeu um idealismo da direita e acabou convertendo-os a suas posições intervencionistas.

(4) Os culturalistas

Culturalistas evidenciam mais sensibilidade a fatores intangíveis como religião e estão, portanto, melhor equipados para entender fenômenos fundamentalistas, reações à percebida “invasão ocidental” psicológica etc. Mas eles estavam mais em evidência na academia do que na política – até o famoso artigo “Choque de civilizações?” do protótipo desta escola, Samuel Huntington, publicado na *Foreign Affairs* em 1993, que se tornou famigerado (*infamous*) por ter soado os sinos de alarme. Na visão huntingtoniana os grandes conflitos da era moderna e contemporânea, até e inclusive a Guerra Fria, não transcenderam “brigas dentro da família” ocidental; ele profetizou – e não completamente errou – que no pós-Guerra Fria e no pós-descolonização, os conflitos testemunhariam a volta à cena das grandes divisões civilizacionais-religiosas. Tais divisões se compro-

variam mais críticas que as ideológicas, econômicas ou geopolíticas. Huntington avisou sobre um conflito iminente entre a civilização ocidental e o Islã em particular.

Na verdade, Huntington emprestara o termo “choque de civilizações” e sua ênfase no Islã radical e anti-ocidental ao venerável orientalista Bernard Lewis, que publicou sua análise num artigo controvertido em 1991.⁶ Como causas do atraso do mundo muçulmano e de seu traumático encontro com a modernidade ocidental, Lewis apontou para fatores *internos* ao Islã, o que o tornou um dos alvos favoritos da crítica do “orientalismo” de Said.

Contudo, não há uma correspondência nítida entre análises de cunho culturalista e posições intervencionistas. É possível diferenciar culturalistas “ativos” e “passivos”

Todas as análises culturalistas concluem – contra as da esquerda – que o problema está no próprio Islã, e não no ocidente. Enquanto o Islã não se reformar, cabe ao ocidente se proteger.

que negam a necessidade ou viabilidade de “ofensivas civilizacionais”. Por exemplo, Lewis não advogou uma postura ocidental demasiadamente pró-ativa, mas preconizou um diálogo intercultural modesto e muita paciência. Lewis é bem mais moderado que Huntington, que recentemente parece se radicalizar ainda mais⁷. De fato, pode haver uma contradição entre o missionarismo secularizado e universalista de uns e a relativização da supremacia ou validade universal de qualquer civilização às vezes defendida por outros. Porém, todas as análises culturalistas (p. ex. Daniel Pipes, Martin Kramer ou Robert Kaplan ou, na Alemanha, Bassam Tibi) concluem – contra as da esquerda – que o problema está dentro do próprio Islã e não no ocidente. Eles diferem sobre o quanto o Islã pode se auto-reformar. Contudo, enquanto esta reforma não ocorre, o ocidente tem que se proteger⁸.

(5) Paleoconservadores

Menos bem representados na academia e nas mídias do que as demais tendências, talvez por culpa do nível da sua argumentação, considerada pouco sofisticada ou *salonfähig* pela maioria dos *opinion leaders*, os “paleoconservadores” constituem uma coalizão pouco coesa de protestantes fundamentalistas mobilizados em torno de temas pró-família e contra a permissividade sexual (p.e. Jeremy Falwell e Pat Robertson), nacionalistas estadunidenses anticomunistas e antiglobalistas opostos a intervenções “idealistas” (p.ex. Patrick Buchanan); e *libertarians* que denunciam as intromissões do Estado federal na vida do indivíduo e dos Estados dos EUA e rejeitam a previdência social e a ação afirmativa; as margens mais extremistas da direita estão perto de movimentos brancos-supremacistas, anti-semitas e neonazistas, porém o *mainstream* conservador é hoje bastante não-racista e inclui negros, judeus etc.

Ronald Reagan é o herói comum a todos, mas a direita não é menos dividida internamente do que a esquerda⁹.

Os fundamentalistas cristãos (que englobam talvez um quarto da população dos EUA) parecem atualmente ser os mais ativistas. Na política externa e na atitude frente ao Islã isto leva a uma situação paradoxal. Fundamentalistas cristãos compartilham com fundamentalistas muçulmanas uma recusa da modernidade, do individualismo e da soberania do povo. Um católico conservador como Buchanan até propõe uma frente comum com o Islã contra a imoralidade da esquerda universalista e critica o apoio americano a Israel¹⁰. Mais freqüentemente, por outro lado, o antagonismo entre cristianismo e Islã leva a posições agressivamente islamóforos, anti-árabes e pró-israelenses.

Retomando preconceitos tradicionais, o Islã é então visto como uma falsa crença, inerentemente bélica e impassível de autoreforma¹¹. Para a velha direita, o único argumento na política externa deveria ser o interesse nacional egoísta dos EUA, e eles criticam intervenções

americanas “altruístas” ou do tipo “exportação da democracia” ou “construção de nação”. Num mesmo raciocínio eles são (muito mais do que os neoconservadores e o próprio Bush) os autênticos unilateralistas que queriam enfraquecer a ONU e outras instituições que limitam a soberania e liberdade de ação dos EUA (dentro dos EUA eles também gostariam de limitar o poder do governo central). Tais preferências podem logicamente conduzir tanto a posições intervencionistas quanto contra aventuras militares no Oriente Médio, e na verdade as opiniões são fortemente divididas¹².

(6) Neoconservadores

Os neoconservadores – freqüentemente ex-esquerdistas desapontados – se opõem a todos os totalitarismos: “ontem a Alemanha nazista e a URSS, hoje o islamismo”. Eles são os campeões da exportação agressiva de valores que eles chamam de “americanos” mas que são quase indistinguíveis do pacote da modernização: liberdades individuais, democracia, economia de mercado, segurança coletiva, etc. Seus heróis são, portanto, Roosevelt, Truman e Reagan. “Neocons” são bem mais idealistas que a direita tradicional, mas seu idealismo, que deságua num ativismo moralizador, raramente ganha aplausos do resto da humanidade – que é a suposta beneficiária da cruzada democrática que os “neo-straussianos” preconizam!¹³ Autores como Irving e William Kristol, Max Boot, Francis Fukuyama e Richard Haass reafirmaram ruidosamente que os EUA devem usar seu “poder para fazer o bem”. Se quisessem, os EUA poderiam se opor ao projeto totalitário islamista e derrotá-lo com um novo “expansionismo democrático”. O historiador inglês e admirador do império britânico Niall Ferguson, um aliado ideológico desta escola, se pergunta: “Será que os líderes do único Estado que hoje dispõe dos

meios para tornar o mundo um lugar melhor têm a coragem de fazê-lo?”¹⁴

Poderíamos considerar essa nova construção ideológica neoconservadora como a integração de quatro elementos que têm sua origem em outras tendências ideológicas: (1) do conceito “islamofascista” (com clara distinção entre Islã e islamismo) emprestada da velha esquerda universalista, com (2) a convicção da viabilidade de exportar valores, emprestada dos culturalistas “ativos” e (3) a definição da exportação de valores americanos tais como a democracia enquanto interesse nacional, emprestada dos neo-realistas da esquerda; (4) a revalorização da supremacia global estadunidense e o desdém ao multilateralismo, emprestado de certa tendência militarista da velha direita.

Dentro do primeiro governo de Bush, políticos tais como Wolfowitz e Perle têm promovido posições neocon. Embora sua influência tenha sido exagerada, neocons pressionaram com êxito a favor da guerra no Iraque, que

Intelectualmente, o que parece ter ocorrido após o 11 de setembro é que as posições isolacionistas perderam credibilidade.

logo se tornou o símbolo da “cruzada democrática” proclamada por Bush. Aliás a palavra cruzada foi logo retirada por ter conotações infelizes (poderia-se igualmente falar de um “*jihad* democrático”). Por mais que fossem planejados como “benignos”, é claro que os projetos expansionista-democráticos neoconservadores podem incluir o risco de aventuras neocoloniais indesejáveis e contraproducentes^{15, 16}.

E finalmente, a visão neoconservadora do Islã e do Oriente Médio não é destituída de contradições internas. Estas poderiam se manifestar desde que nações democratizadas por intervenções ocidentais optem por políticas antiocidentais.

Por que a virada neoconservadora?

Uma análise detalhada do braço-de-ferro político está fora do escopo deste artigo. Sem entrar no debate de saber se a onda fundi-terrorista realmente abriu uma nova fase na política internacional dos EUA ou se ela apenas tornou mais agudas algumas tendências já pré-existentes¹⁷, parece inegável que se forjaram novas linhas de força e alianças inéditas que causaram uma virada na política externa dos EUA, produzindo a supremacia dos intervencionistas sobre os antiintervencionistas.

Intelectualmente, o que parece ter ocorrido após o 11-9 é que as posições isolacionistas – compartilhadas pela nova esquerda e os paleoconservadores – perderam credibilidade. Antes do 11-9, interpretações relativamente pró-islamistas influenciavam o pensamento acadêmico; no entanto, o campo político estava sob o domínio de neo-realistas e neoliberais. Porém, o terrorismo islamista colocou

a esquerda “antiimperialista” na defensiva e foi o estopim de uma virada não apenas na política externa dos EUA como também na discussão sobre a coexistência entre Islã e ocidente. Nem a esquerda nem as análises neo-realistas “estadocêntricas” (política de poder tradicionalmente voltada aos grandes Estados, ou seja, a busca racional do interesse nacional) conseguiram definir propostas claras e receitas para lidar com o novo desafio de grupos terroristas ideológicos possivelmente apoiados por “Estados mafiosos”. Conseqüentemente, o centro de gravidade tem se movido pela direita “neoconservadora” dando ímpeto a posições intervencionistas (que é preciso diferenciar da islamofobia da velha direita). Uma coalizão intervencionista de neoconservadores, com o apoio da velha esquerda democrática “liberal” (ou neoliberal), universalista e internacionalista chegou a ditar a política externa. O unilateralismo instintivo de Bush, tão flagrante durante os primeiros nove meses de sua primeira administração, teve que

recuar frente às novas realidades geopolíticas e ele chegou a abraçar boa parte das teses neoconservadoras. Constatamos, portanto, a emergência do conceito da guerra preventiva. Para punir e extirpar os

terroristas, sacudir e revolucionar o miasma de autocompaixão de um Oriente Médio morbidamente antimoderno e cujo desespero produz (na visão neoconservadora) reações fundamentalistas e terroristas, seja para “tornar o mundo seguro para a democracia” – ou simplesmente para restaurar a grandeza dos EUA ou frear seu declínio geopolítico – os intervencionistas apóiam as intervenções contra o Talebã no Afeganistão e contra Saddam Hussein no Iraque; presumivelmente, eles concordariam também com novas intervenções, p. ex. contra o Irã e a Coreia do Norte, que estão se armando de armas de destruição em massa. No processo, porém, eles alienaram dos EUA quase todo o resto do mundo, inclusive os aliados europeus tradicionais dos EUA.

Resultados

Em termos práticos da política internacional, os resultados do novo intervencionismo estadunidense estão, porém, longe das esperanças neoconservadoras. Se a própria invasão, inicialmente aceita pela população iraquiana como preço a pagar para se desfazer do tirano Saddam, abrisse talvez uma “janela de oportunidade” para os EUA, mediante uma transformação democrática rápida e efetiva do Iraque, os sucessivos fracassos da ocupação acabaram aprofundando o desgaste político. Não é necessário repetir a lista de dramas vergonhosos que na sua maioria seriam evitáveis. Paralelamente, investigações públicas nos próprios EUA desvendam sérias avarias nos órgãos de inteligência pré-guerra em busca dos armamentos do regime de Saddam, suas intenções e seus supostos laços com grupos islamistas terroristas, além de outros graves erros que (di-

zem alguns) podiam ter tido prevenido os ataques do 11-9. O acúmulo de tantas derrotas políticas acaba minando a base política de Bush em sua própria casa. Além disso, a atenção americana pareceu focalizar o Iraque à custa de outros teatros da guerra contra o terror. Atentados terroristas continuam e, o que pode ser mais grave, a alienação do mundo muçulmano contra o ocidente e sua simpatia para com extremistas islamistas parece crescer. Como resultado, há quem diga que hoje o terror é mais forte do que antes da Guerra do Iraque. Contudo, em vista das reviravoltas na política externa estadunidense e das reações no próprio mundo muçulmano, é prematuro falar de uma vitória duradoura de qualquer linha político-acadêmica particular. Apesar da vitória eleitoral de Bush em novembro de 2004, seria surpreendente se isto não repercutisse sobre

as posições neoconservadoras que inspiraram as desventuras recentes da política externa estadunidense.

Quanto à discussão ideológica, vimos acima que o debate contemporâneo nos EUA sobre Islã e Oriente Médio vem sendo ainda amplamente conduzido dentro de categorias anteriores à emergência do desafio islamista. As políticas práticas decorrentes das análises específicas das seis linhas descritas acima são parcialmente defensivas, parcialmente ofensivas e em alguns casos até pretendem engajar o mundo muçulmano ativamente. Mas nenhuma das propostas é fruto de uma interação intelectual com parceiros muçulmanos. Não obstante a declarada boa vontade de algumas vozes, temos que duvidar dos resultados de intervenções enquanto elas não se baseiem na reciprocidade e no diálogo.

Notas

¹ Edward W. Said, *Orientalism* (London: Penguin, 1987), pp. 284-321. Bernard Lewis, “The roots of Muslim rage” (*The Atlantic Monthly*, setembro de 1990). Cf. do mesmo autor, *The crisis of Islam: Holy war and unholy terror* (New York, 2003), pp. 69-81.

² Seguidores da Escola de Frankfurt, da teoria crítica e de várias tendências antiimperialistas que tinham sua fonte nos movimentos dos anos 60 contra a guerra do Vietnã e em prol dos direitos civis; comunistas associados à URSS por outro lado nunca foram influentes na intelectualidade dos EUA e quase desapareceram nos anos 90.

³ O jornal *The Nation* articula freqüentemente os debates dentro da esquerda estadunidense. Cf. Adam Shatz, “The Left and 9/11”. (*The Nation*, 25 de setembro de 2002 e semanas seguintes). O jornalista Christopher Hitchens rompeu com seu velho amigo de caminho Said por causa de divergência sobre o 11-9 e a guerra do Iraque e passou a integrar o campo dos *liberals* pró-guerra. O artigo de Said “Islã e ocidente são bandeiras inadequadas” (*The Guardian*, 16 de setembro de 2001; em português na coletânea de Emir Sader (org.), *Edward W. Said: Cultura e política*, Boitempo, pp. 136-138) ilustra bem o desamparo da posição relativista da esquerda frente à nova situação. As posições de Immanuel Wallerstein podem ser acompanhadas em seus comentários bimensais no site do *Fernand Braudel Centre* (<http://fbc.binghamtom.edu/commentr.htm>).

Cf. também seu “The eagle has crash landed” na *Foreign Policy* de julho/agosto de 2002. Tariq Ali, *Confronto de fundamentalismos* (Rio de Janeiro: Editora Record, 2002), é um representante da mesma linha na Grã-Bretanha.

⁴ As posições de Michael Walzer parecem nas suas observações no simpósio *Iraq and Just War*, 2 de setembro de 2002, The Carnegie Endowment for International Peace (<http://pewforum.org/events/index.php?EventID=36>).

Thomas Friedman, *Longitudes and attitudes: The world in the age of terrorism* (New York, 2003), é uma coletânea representativa do

colunista do New York Times. O artigo de Paul Berman, “Terror and liberalism” (*The American Prospect*, 22 de outubro de 2001) foi elaborado num livro com o mesmo título (New York: Norton, W. W. & Company, 2003). Michael Ignatieff mudou varias vezes de posição e se expressou recentemente em “Lesser evils” (*New York Times*, 4 de maio de 2004), artigo posteriormente publicado como livro. Uma revista representativa da linha “velha esquerda” ou “esquerda moderada” é *Dissent*.

⁵ Cf. Zbigniew Brzezinski, *The choice: Global domination or global leadership* (New York, 2004), p. 47, exemplificando bem o eclecticismo e a pobreza intelectual da análise neo-realista do islamismo. Cf. “A must-read speech: Zbigniew Brzezinski’s remarks from the ‘New American Strategies for Security and Peace’ conference” (*The American Prospect*, 31 de outubro de 2003, <http://www.newamericanstrategies.org/articles/display.asp?fldArticleID=68>).

Paul Kennedy, “Maintaining American power: From injury to recovery” (In Strobe Talbott and Nanda Chayan (eds.), *The age of terror: America and the world after September 11*, New York, 2001), pp. 55-79. O argumento neo-realista contra a guerra do Iraque está em John. J. Mearsheimer and Stephen M. Walt, “An unnecessary war” (*Foreign Policy*, janeiro/fevereiro de 2003).

⁶ Lewis, “The roots of Muslim rage” (*The Atlantic Monthly*, setembro de 1990).

⁷ Cf. a crítica de Huntington aos imigrantes “latinos” em: “Hispanic Immigrants Threaten The American Way Of Life” (*Foreign Policy*, março-abril de 2004), e seu *Who Are We? The Challenges to America’s National Identity* (New York: Simon & Schuster, 2004) – e as respostas que sua visão provocou, p. ex. Alan Wolfe, “Native Son: Samuel Huntington Defends the Homeland” (*Foreign Affairs*, maio/junho de 2004).

⁸ Além do próprio Huntington e Bernard Lewis, cabe lembrar os nomes de Fouad Ajami e Amir Taheri.

⁹ Por exemplo, Morgan Norval, *Triumph of disorder: Islamic fundamentalism, the new face of war* (1999). Newt Gingrich e Milton Friedman são paleoconservadores não-associados ao fundamentalismo cristão. Na Europa, John Gray, autor de *Al Qaeda and What It Means to Be Modern* (New Press, 2003), pode ser considerado um correligionário dos “paleos”.

¹⁰ Patrick Buchanan, “What do we offer the world”, *Worldnet Daily*, 19 de maio de 2004, disponível em <http://www.worldnetdaily.com/news/article.asp?ARTICLE_ID=38560>.

¹¹ Pat Robertson, “The roots of terrorism and a strategy for victory”. Address to the Economic Club of Detroit, 25 de março de 2002 (<http://www.patrobertson.com/Speeches/TerrorismEconomicClub.asp>).

¹² Cf. as publicações de *think tanks* tais como o *Cato Institute*, *American Enterprise Institute* e *Heritage Foundation*.

¹³ O estudioso da história da filosofia política Leo Strauss (1899-1973) da Universidade de Chicago é considerado como o mestre de vários pensadores neoconservadores.

¹⁴ Fukuyama se tornou recentemente mais crítico à invasão estadunidense no Iraque, cf. “The Neoconservative Moment” (*The National Interest*, 20 de junho de 2004), provocando resposta de Charles Krauthammer na mesma publicação. Niall

Ferguson, “Clashing civilizations or mad mullahs: The United States between informal and formal empire”, In Strobe Talbott and Nayan Chanda, *op. cit.*, pp.113-141. Ferguson amplia o argumento em seu *Colossus: The Price of America's Empire* (Penguin, 2004).

¹⁵ Robert Kagan, *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order* (New York, 2003), teoriza a desavença transatlântica pela fórmula que “os EUA são de Marte e os Europeus são de Vênus”. Mas neoconservadores têm aliados inesperados na Europa, p. ex. entre os “novos filósofos” franceses como Bernard-Henri Lévy. O analista Fareed Zakaria de *Newsweek* podemos igualmente subsumir na mesma linha. Cf. seu *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. (New York: W.W. Norton, 2004).

¹⁶ Além de políticos ativos no governo de Bush tais como Paul Wolfowitz, destacam-se vozes mais intelectuais tais como de Francis Fukuyama e Charles Krauthammer. Os principais órgãos são *Commentary* e *The National Interest*.

¹⁷ Posição defendida p.ex. por Olivier Roy, *Les illusions du 11 septembre: Le débat stratégique face au terrorisme* (Paris: Seuil, 2002).